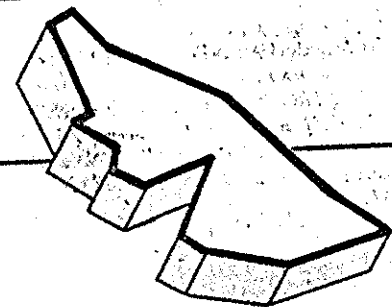


fonte: JORNAL DO BRASIL class.: 196
data: 04 05 89 pg.: 08



Onde a Justiça custa a chegar, se é que chega

Zuenir Ventura

XAPURI, AC — Quando há tempos esteve no programa de Jô Soares, o delegado Romeu Tuma disse que o juiz de Xapuri tinha tanto medo de morrer que mandava cobrir de papel as janelas de sua sala, para não ser visto. Tuma estivera cerca de dois minutos com o juiz Adair Longhini e mal pôde conversar sobre o caso. Chico Mendes, que viera apurar, mas encontrou tempo para recolher material para uma foto.

O papel que se vê na parte de baixo das janelas da sala de audiência do Fórum de Xapuri, isto é, as venezianas, são um recurso barato para impedir a saída do ar refrigerado. Depois da morte de Chico Mendes, Longhini tomara na verdade algumas precauções. Pediu licença para andar armado e conseguiu do Tribunal de Justiça um aparelho de ar condicionado, por duas razões: porque o calor ali é insuportável e porque, se mantém as janelas abertas, ele se transforma num alvo imperdível, já que passa a maior parte do dia de costas para uma janela e de perfil para a outra.

Como a cadeira e a mesa estão sobre um estrado, metade do seu corpo fica ao nível das janelas. Sua sala dista uns 8 metros de um terreno baldio cercado por um muro sobre o qual se pode apoiar o cano de uma espingarda e dormir na mira. Se algum pistoleiro fizer isso, terá condições mais confortáveis do que Darci Alves teve para acertar em Chico Mendes.

Como investigador, Tuma deveria ter observado isso e ter sido mais preciso na sua ironia. Aliás, graça mesmo provoca ainda hoje a lembrança dos homens de Tuma tentando caçar os pistoleiros bloqueando estradas, como se, tendo a floresta, os fugitivos fossem preferir tomar ônibus. A presença da Polícia Federal aqui teve o efeito comparável ao de uma operação que consistisse em levar um grupo de seringueiros para a Avenida Presidente Vargas para tentar prender os responsáveis pelo naufrágio do *Bateau Mouche*.

Infelizmente, Tuma e a Polícia Federal nestas regiões não provocam só risos, mas uma grande indignação. Acredita-se, com muita razão, que eles poderiam ter evitado, ou pelo menos dificultado, a morte de Chico Mendes. Nessa fase de inquérito, Tuma deveria estar explicando porque ele e sua polícia no Acre não tomaram certas providências.

Por exemplo: no dia 26 de setembro de 1988, foi expedido um mandado de prisão contra Darci e Alvarino Alves da Silva. No dia seguinte, Chico Mendes foi à sede da Polícia Federal conversar com o superintendente Mauro Sposito. Ao sair viu que no bar em frente, tomando cerveja, estava justamente Darci. Acompanhado do seu advogado Genésio Natividade, Chico caminhou uns 100 metros, foi ao Pinheiro Palace Hotel e subiu ao quarto de sua amiga Mary Helena Allegrette, de onde telefonou para a Polícia Federal. Quem atendeu o telefone foi o delegado Hildo Reni, substituto de Sposito, que recebeu o aviso de que um dos alvos do mandado estava sentado calmamente ali em frente.

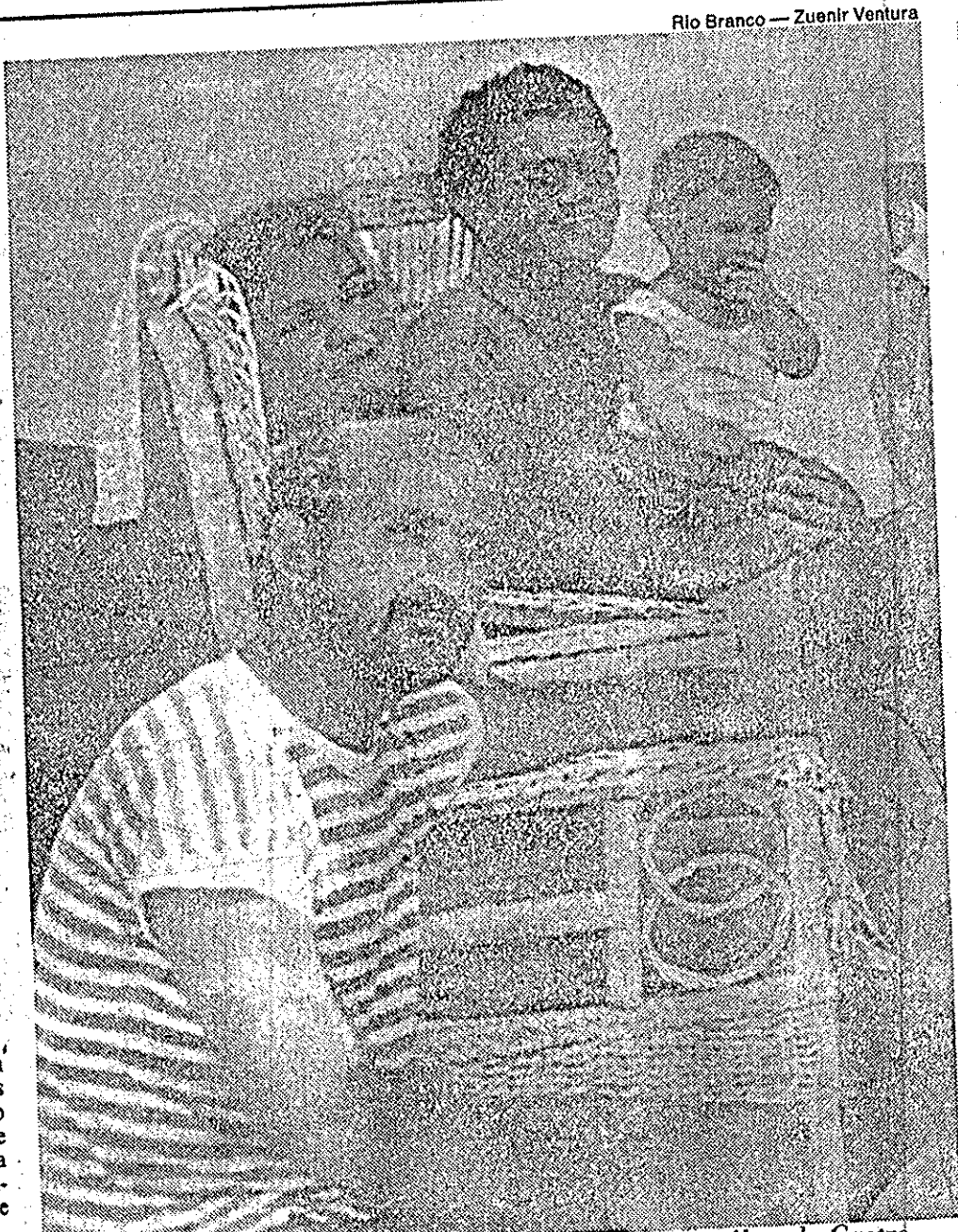
Apesar disso, só 16 dias depois e assim mesmo por insistência do juiz de Xapuri, Sposito liberou o mandado. Conclusão: quando foram à casa de Darci, que se vangloriava de ter amigos na Polícia Federal, os dois irmãos, claro, estavam longe.

No dia 28 de outubro de 1988, Chico Mendes enviou uma carta ao delegado da Polícia Federal no Acre, ao secretário de Segurança, ao governador do Estado e ao juiz de Xapuri dando pistas bem precisas sobre reuniões de fazendeiros para tramarem a sua morte. Nenhuma resposta ou providência.

Um mês depois, no dia 29 de novembro, Chico enviou três telex: para o governador, para o secretário de Segurança e para Romeu Tuma. Ele denunciava que os pistoleiros, Darci e Alvarino continuavam soltos tramando a sua morte e anunciava, com detalhes, que cinco fazendeiros tinham se reunido com a mesma finalidade. Os telex continuavam sem resposta até hoje.

No dia 5 de dezembro, 17 dias antes do crime, outros três telex eram remetidos: para Romeu Tuma, para Paulo Brossard, então ministro da Justiça, e para o presidente José Sarney. A mesma tecla: elementos ligados à UDR estavam tra-

O Acre de Chico Mendes — V



O juiz Adair Longhini, a mulher e o advogado Arquilau de Castro
Xapuri — Zuenir Ventura



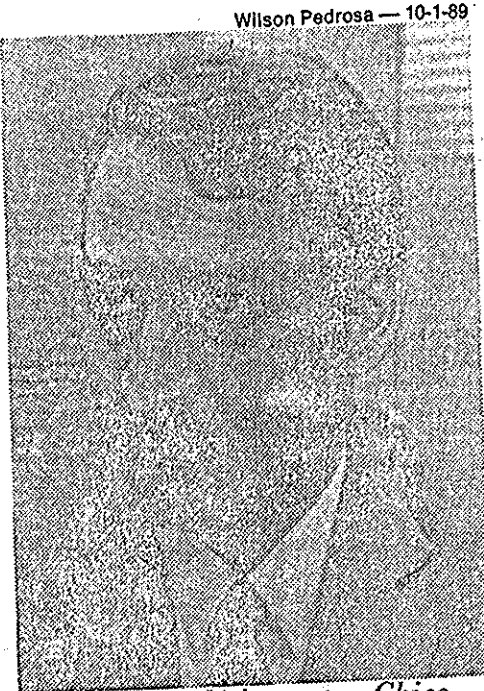
Na terra onde as testemunhas morrem de medo, Genésio resiste

mando a eliminação do líder seringueiro. Igual silêncio.

Nesse mesmo dia 5, o diretor geral da Polícia Civil do Acre, delegado César Pontes, emitiu um porte de arma em favor de Oloci Alves, filho de Darci, já figurando nos jornais desde o começo do ano como envolvido em crime contra os seringueiros.

Foi também no dia 5 que Chico, ao viajar para Piracicaba, notou a presença no avião de João Branco acompanhado de dois desconhecidos. É ainda deste dia, que por si só constitui um manancial de pistas, a seguinte e impressionante mensagem de despedida de Chico Mendes:

"Não quero flores no meu enterro, pois sei que irão arrancá-las da floresta. Quero apenas que o meu assassinato sirva para acabar com a impunidade dos jagunços sob a proteção da Polícia Federal do Acre que, de 1975 para cá, já mataram mais de 50 pessoas como eu, líderes seringueiros empenhados em defender a Floresta Amazônica e fazer dela um exemplo de que é possível progredir sem destruir. Adeus, foi um prazer. Vou para Xapuri ao encontro da morte, pois dela ninguém me livra, tenho certeza. Não sou fatalista, apenas realista. Já denunciei quem quer me matar e nenhuma providência foi ou será tomada. O delegado da Polícia Federal do Acre, Mauro Sposito, me persegue não é de hoje. E não tenho nenhuma dúvida de que os pistoleiros levarão a melhor por um motivo: o delegado mandou cassar meu porte de arma, sob a alegação de que tenho ligações com uma entidade 'alienígena' e 'comunizante'. É a Fundação Ford, dos Estados Unidos. Veja só."



Wilson Pedrosa — 10-1-89

foi o fundador do *Varadouro*, um jornal alternativo que existiu em Rio Branco de 1978 a 1981 e que se constituiu, segundo o pessoal do Pasquim da época, numa das melhores experiências alternativas do país. Arquilau, o retrato do jornalista Elio Gaspari quando jovem, tinha sido foca do *Varadouro*.

O Acre tem dezenas de bons advogados assediados por causas mais rentáveis do que as dos seringueiros, e Arquilau foi uma exceção. Dele dizia Chico Mendes: "O único advogado de confiança que os trabalhadores tiveram aqui no Acre foi o dr. Arquilau de Castro, que é hoje juiz de direito". Arquilau é conchudado de Adair Longhini.

O juiz Adair Longhini falava, falava e eu sonhava em ser um índio para ficar me estapeando sem cerimônia. O que ele dizia aumentava ainda mais o meu mal-estar. Sem querer, o juiz me convencia de que a Justiça aqui é inviável. As testemunhas morrem de medo, a polícia não tem condições técnicas e materiais de investigar e os promotores praticamente não existem. Como o promotor e o juiz não acompanham a fase inicial do inquérito, as testemunhas dizem uma coisa na delegacia e depois se desdizem em juízo, como o próprio Darci fizera, confessando o crime e depois negando.

O Acre é um Estado em que a grande maioria das comarcas não tem representantes do Ministério Público. Xapuri ficou 12 anos sem juiz e Brasília, a 65 quilômetros, 10 anos. Me lembrei da visita ao secretário de Segurança, dr. Lourival Marques de Oliveira, da equipe de Ação pela Cidadania — talvez a única iniciativa no sentido de investigar as investigações. Quando o deputado Plínio de Arruda Sampaio pediu-lhe uma relação das pessoas que têm porte de armas no Estado, ele respondeu:

— Não tenho nem pra mim.

O mesmo grupo — formado por deputados, procuradores da República, e representantes de entidades como a ABI — foi também ao Tribunal de Justiça e descobriu que existem 892 processos em andamento em Rio Branco, envolvendo crimes dolosos contra a vida. Nos últimos cinco anos, o Tribunal de Juri da capital julgou 126 processos. O pessoal da Ação pela Cidadania fez os cálculos: nesse ritmo, o julgamento desses quase 900 processos levaria 35 anos. Pior ainda é no município de Sena Madureira, onde seriam precisos 70 anos para resolver os processos em andamento. O próprio presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Wanderley Nonato de Oliveira, admitiu que a situação jurídica no Acre é "precaríssima".

Em Xapuri há uns 200 processos criminais à espera de parecer do inexistente Ministério Público. Nos fins de semana, Adair Longhini faz como quase todos os seus colegas do interior: pega alguns processos, leva para Rio Branco, entrega à Procuradoria do Ministério Público e depois traz consigo para a comarca.

Para estudar as 152 páginas em cinco volumes do processo Chico Mendes, foi preciso nomear um procurador *ad-hoc*, que só vem a Xapuri nos dias de audiência. A promotora da comarca, dra. Dinaura Margarida Dias Lins, exerce suas atividades em Rio Branco, como o grupo da Ação descobriu. Vem a Xapuri de vez em quando.

— O sr. acha que vai-se chegar aos mandantes desse crime? — perguntamos finalmente ao juiz.

Adair Longhini, 35 anos — a cara, a barba e a careca de Vladimir Herzog —, manifestou uma sincera disposição de "ir fundo, doa a quem doer". Mas advertiu:

— O juiz não investiga, o juiz julga.

Achei que Xapuri se parecia com aquela cidade do filme *Mississippi em chamas*, mas sem os recursos do FBI. Me ocorreu então a ideia maluca de uma campanha: Por que, em vez dos ambientalistas, não trazer para cá os dois agentes federais do filme?

Deprimido, sai e fui direto ao quartel da PM. Quando voltava à cidade — e em um mês isso se repetiu oito vezes — a primeira coisa que fazia era ir, com o coração na mão, ver o garoto Genésio. Havia sempre o presentimento de que algo poderia ter ocorrido àquele menino completamente desprotegido. Mas ele estava sempre lá, como o deixara, sentado, misterioso, insondável, olhando não se sabe para que horizonte. Só Genésio, a testemunha-chave, resiste.

— Oi, Genésio.

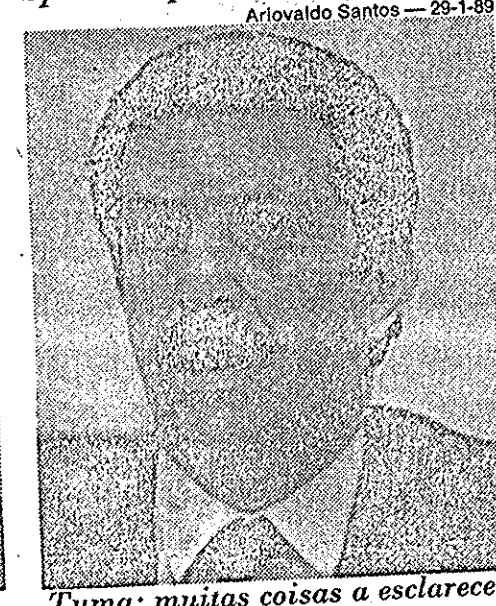
— Oi.

— Tudo bem?

— ...

Genésio só respondia quando era importante responder.

Sposito: a polícia contra Chico



Aivaldo Santos — 29-1-89

Tuma: muitas coisas a esclarecer

pistoleiros que afirma para quem quiser ouvir que são amigos dele e seus protegidos".

Diante de tudo isso, é difícil achar graça nas ironias de Romeu Tuma para com um juiz que, Deus sabe como, está procurando desempenhar o seu papel com coragem e dignidade.

— Tenho três filhos e seria uma irresponsabilidade não tomar algumas precauções — diz Adair Longhini.

Que fosse apenas por conforto, o aparelho de ar mais que se justificava. No dia 5 de abril de 1989, por exemplo, ele ainda estava quebrado. Como explicou o juiz, com as oscilações frequentes de energia, os aparelhos passam a maior parte do tempo no conserto.

O conjunto de mesas da sala de audiência do Fórum tem a forma de um T, cujo travessão horizontal fica no plano mais elevado, onde se senta o juiz. A coluna do T é a parte mais baixa da mesa em torno da qual se sentam os réus, as testemunhas e visitantes como Tuma e a gente.

Os ritos simbólicos que marcam a Justiça estão presentes aqui também nessa modesta sala, indicando que os de baixo devem se sentar e se sentir em nível inferior ao do magistrado. Nessa noite, até os mosquitos respeitavam a divisão de níveis, mas isso porque um pequeno ventilador formava uma corrente de ar sobre o rosto do juiz. Das 6 às 8 horas, eles estavam particularmente vorazes, talvez porque houvesse no recinto sangue tipo suu maravilhoso. Eram muitos e alguns voavam em formação, se desviando da corrente de ar do ventilador, subindo e descendo em raste, como fazem as esquadrihas da fumaça.

Havia outros campos de pouso na sala, mas eles atacavam preferencialmente minha careca. Mergulhavam e morriam afogados no suor que minha cabeça produzia como se sua única função agora fosse essa. Eles me picavam e morriam como kamikazes.

Escondido, quando o juiz desviava o olhar, eu passava a mão pela testa e a trazia cheia de náufragos. Depois, baixava a mão e limpava na calça. Aquele era um recinto onde não se podia perder a compostura. Os mosquitos, contudo, atacavam a mão, o pescoço, a parte descoberta do braço e até aquela fatia de tornozelo que, sentado, a calça e o tênis não conseguem proteger.

Se fosse réu, para sair dali eu confessaria qualquer crime. Mas aquela audiência informal custaria a vinda do jornalista Elson Martins a Xapuri. Não podia pôr a perder um precioso contato que Elson conseguira através do seu amigo, um outro juiz, Arquilau de Castro. Elson

Chico, nessa despedida, se referia a uma carta de Sposito publicada em *A Gazeta*, de Rio Branco, negando ter facilitado a fuga dos pistoleiros e lançando uma das mais infamantes acusações ao líder seringueiro: a de colaborador da Polícia Federal.

"Quanto ao Sr. Francisco Alves Mendes Filho, foi COLABORADOR desta Regional desde o ano de 1980, prestando informações acerca da área rural, tendo inclusive fornecido dados que possibilitaram identificar organizações clandestinas acobertadas por siglas político-partidárias".

Para comprovar sua acusação, Sposito juntava a carta de um militante de codinome Vitor, do CR do Partido Revolucionário Comunista, condenando a atitude de Chico de "delação de um companheiro que veio na vontade de ajudá-lo". Vitor seria o economista Reginaldo de Castela, que, como professor do Projeto Seringueiro, aliou-se a um ativista de esquerda uruguaio, que fora tentar organizar no Acre um movimento de guerrilha junto aos seringueiros. Quando descobriu o plano, que parecia mais uma provocação, Chico botou a boca no mundo: avisou a direção do PT, a Igreja, entidades e — temendo como temia as aventuras militaristas — é possível que tenha avisado até a Polícia Federal.

Em sua defesa das acusações do delegado Sposito — que em 79 e 80 comandou "interrogatórios duros por dias inteiros" ao líder sindicalista —, Chico avisou que ia entrar com uma interpelação judicial por calúnia e difamação e chamou a atenção para o que era importante: "Sposito tem que desmentir, se for o caso, os